

- **Governo britânico fecha contrato para produção de arma a laser***
- **Ministério da Defesa publica Plano de Dados Abertos**
- **Em parceria com INPE, ITA desenvolverá nanossatélite financiado pela NASA***
- **ANGRA 3 - Eletronuclear assina memorando de entendimento com CNNC para retomada***
- **Sisfron terá R\$ 450 milhões em 2017 para monitoramento de fronteiras, diz ministro Jungmann***

Governo britânico fecha contrato para produção de arma a laser*

O governo britânico fechou um acordo de 30 milhões de libras (R\$ 119 milhões) com fabricantes de armamentos para desenvolver o protótipo de uma arma a laser, que deve ser chamada de Dragonfire ("fogo de dragão", em tradução livre).

O contrato foi conquistado por um consórcio de companhias europeias de defesa formado por MBDA, Qinetiq, Leonardo-Finmeccanica GKN, Arke, BAE Systems e Marshall ADG.

O consórcio terá que criar uma arma de energia laser dirigida (LDEW, na sigla em inglês) que seja capaz de fazer uma demonstração efetiva entre até 2019.

O sistema de armas a laser deverá ser capaz de identificar alvos à distância em qualquer tipo de clima ou terreno "com precisão suficiente para permitir um combate seguro e efetivo".

Outra possibilidade é que o laser seja usado no futuro para proteger tropas terrestres contra ataques de artilharia.

Para Peter Cooper, do Laboratório de Ciências e Tecnologia da Defesa no Reino Unido, o projeto "busca uma pesquisa inovadora sobre o poder do laser para entender melhor o potencial dessa tecnologia".

Segundo ele, a arma poderia "oferecer uma resposta mais efetiva para as novas ameaças que as Forças Armadas britânicas podem enfrentar".

A pesquisa para desenvolver a Dragonfire faz parte de um fundo de inovação do Ministério da Defesa do Reino Unido destinado a, entre outros objetivos, dar vantagem tecnológica para seus militares em combate, segundo o governo.

Fator custo

Mas por que desenvolver a tecnologia de armas a laser?

O laser já tem aplicações militares conhecidas, especialmente quando se fala em sistemas de mira e identificação de alvos. Ele também chegou a ser usado para cegar inimigos, mas esse tipo de utilização foi banido em tratados internacionais por ser excessivamente cruel.

A pesquisa atual é sobre a utilização do laser como uma espécie de "munição" - substituindo mísseis e projéteis.

Uma das maiores vantagens desse novo tipo de arma seria a redução dos custos: armas navais convencionais exigem o uso de munições e mísseis que custam milhares de dólares e ocupam muito espaço nas embarcações militares.

Já um disparo de laser de um teste da Marinha americana custava apenas cerca de US\$ 1 (R\$ 3,20), por exemplo. O custo baixo se explica porque ele depende basicamente da geração de energia do navio.

Além disso, a nova "munição" não necessitava de grandes locais de armazenamento e, logo, o navio não precisava ser reabastecido.

Realidade

O conceito de se usar um raio concentrado de laser para atacar inimigos é comum na ficção científica, especialmente em franquias como Star Wars e Star Trek, mas só nos últimos anos ele começou a dar origem a armas reais.

Muitos países já desenvolvem a ideia há anos, em busca de uma nova geração de armamentos. Mesmo assim, as pistolas ou fuzis que disparam raios coloridos no cinema parecem ainda estar um pouco distantes da realidade.

Boa parte da pesquisa militar sobre o tema que já veio público se concentra em criar armas a laser de grande porte para o uso em navios de guerra.

O objetivo delas seria destruir mísseis e foguetes que ameacem a embarcação e também usar seu sistema ótico para identificar possíveis alvos a distância.

Em 2014, os Estados Unidos anunciaram ter equipado ao menos um de seus navios de guerra - o USS Ponce - com um protótipo de sistema de arma a laser.

Ele é uma espécie de canhão que dispara um feixe de laser invisível. A função da arma é complementar sistemas de defesa do navio de guerra, que são projetados para destruir mísseis já próximos da embarcação.

Durante testes, a arma provou ser efetiva também para desabilitar ou destruir drones e pequenas embarcações hostis.

Os militares americanos dizem que os aviões não tripulados e pequenas lanchas podem ser usados contra seus navios por inimigos mais fracos nas chamadas "guerras assimétricas" (quando um Estado luta contra grupos extremistas ou guerrilheiros, por exemplo).

Fonte: BBC Brasil

Data da publicação: 05 de janeiro

Link: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38525116>

Ministério da Defesa publica Plano de Dados Abertos

Por Débora Sampaio

Brasília, 27/12/2016 – O secretário de Organização Institucional (SEORI), do Ministério da Defesa (MD), Franselmo Araújo Costa aprovou, por meio da Instrução Normativa (Nº 06), publicada no boletim interno, nesta segunda-feira (26), o Plano de Dados Abertos (PDA) da Administração Central do Ministério da Defesa. O documento define os parâmetros de implementação da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal no âmbito da pasta, detalhando e orientando as ações a serem realizadas para promover a publicação de informações sob a forma de dados abertos.

Ao tornar disponíveis as informações em dados abertos permitirá ao cidadão utilizá-las livremente, viabilizando o surgimento de novos negócios, aumentando a transparência da gestão pública e contribuindo com a sociedade na melhoria da qualidade dos dados. Poderão ser divulgadas no portal de Dados Abertos do Governo Federal, sem necessidade de solicitações prévias, informações como: dados relacionados ao serviço militar, atividades ligadas à operações de paz, convênios e programas ligados ao

Departamento Calha Norte, informações relacionadas à projetos do MD, tais como Soldado Cidadão, entre outros.

A consolidação do PDA ocorreu a partir da consulta pública realizada no primeiro semestre de 2016, e da revalidação das propostas por parte de várias áreas do ministério. Todo o trabalho foi coordenado pela Assessoria Técnica de Governança Digital (ATGD) sob a supervisão do Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI).

“O PDA será um instrumento muito importante para que o MD possa divulgar informações e serviços de interesse da sociedade” ressaltou o diretor do DEPTI, Sergio Luiz Goulart Duarte.

O Plano atende aos Decretos nº 8.777 e nº 8.638 que discorrem, respectivamente, sobre a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal e a Política de Governança Digital. Além disso, o PDA atende à Lei de Acesso à Informação (LAI nº12.527), e é produto da Política de Governança Digital do MD, instituída pela Portaria Normativa 57/MD, de 21 de setembro de 2016.

“Em breve, serão nomeados os membros do Comitê de Governança Digital, no âmbito da Pasta, que deverão coordenar os trabalhos relativos ao tema”, explicou o atual coordenador da ATGD e de Planejamento Estratégico e Controle (COPEC), Luiz Alexandre Rodrigues Silva.

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 27 de dezembro

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/27285-ministerio-da-defesa-publica-plano-de-dados-abertos>

Em parceria com INPE, ITA desenvolverá nanossatélite financiado pela NASA*

Por Ten Jussara Peccini

O desenvolvimento de um nanossatélite com a participação de dois institutos brasileiros, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), acaba de ser selecionado, dentre mais de 70 propostas apresentadas, para financiamento pela NASA, a agência espacial norte-americana. O equipamento terá como finalidade investigar o clima espacial.

“Espera-se que esta missão possa reunir dados que aumentem a compreensão dos fenômenos que ocorrem nesta importante camada da atmosfera e permitam assim alimentar os modelos teóricos da ionosfera que modelem o seu comportamento, permitindo uma melhoria na previsibilidade destes fenômenos”, afirma o gerente da plataforma e professor doutor do ITA, Luís Loures.

A iniciativa é coordenada pelo Marshall Space Flight Center, centro de pesquisas civil do governo dos Estados Unidos, que inclui também universidades norte-americanas, e visa lançar o equipamento a partir da Estação Espacial Internacional (ISS) entre novembro de 2018 e março de 2019. O cronograma prevê o início da missão em março de 2017. A vida útil do nanossatélite é estimada em um ano, em função da atividade solar no período e da dinâmica de voo para o lançamento da ISS.

O nanossatélite, um cubesat de aproximadamente seis quilos, servirá a estudos sobre a formação de bolhas de plasma ionosférico, que são as fontes principais de reflexões de radar na região equatorial. A missão denominada de SPORT (sigla em inglês para Scintillation Prediction Observation Research Task) investigará o estado da ionosfera que acarreta o crescimento das bolhas de plasma. Também serão estudadas as relações

entre as irregularidades no plasma em altitude de satélites com as cintilações de rádio observadas na região equatorial da ionosfera.

A ionosfera é a camada superior da atmosfera terrestre que se estende de 50 km a 1000 km de altitude, sendo composta basicamente por elétrons e átomos carregados eletricamente devido à forte incidência da radiação solar que induz a estes estados. Esta camada é extremamente importante para a transmissão de ondas de rádio e para a precisão do sinal de sistema de posicionamento global (GPS).

O que ocorre é que a camada ionosférica é suscetível à formação de bolhas de plasma e cintilações, principalmente nas regiões próximas ao equador magnético, e estes fenômenos causam distúrbios diversos. A situação pode ser agravada pela ocorrência de tempestades solares que lançam grandes quantidade de radiação ionizante em direção à Terra.

“O projeto SPORT permitirá ao instituto a consolidação de sua competência na área de cubesats, criando as condições para uma evolução constante na pesquisa em engenharia de pequenos satélites”, resume Loures.

Tarefas - Ao ITA caberá o projeto, a integração e os ensaios da plataforma. As universidades americanas serão responsáveis pela carga útil, ou seja, em elaborar os instrumentos de medição da ionosfera. O INPE terá a tarefa de coordenar o segmento de solo, ou seja, controlar o satélite, receber os dados, tratá-los e disponibilizá-los para a comunidade científica.

Além da Engenharia Aeroespacial, o Departamento de Física do instituto está envolvido na tentativa de compreensão dos fenômenos que regem a ionosfera.

Sob o ponto de vista científico, o projeto SPORT contará com a liderança do professor do ITA Abdu Mangalathayil, considerado o principal pesquisador brasileiro na área de

ionosfera e com atuação internacional reconhecida. O professor coordenará os trabalhos de estudo da ionosfera que serão desencadeados pela pesquisa. Também estão envolvidos especialistas em plasma e em sensores aeroespaciais. Outros professores e alunos de doutorado e pós-doutorado também participam.

Fonte: Defesanet

Data da publicação: 19 de dezembro/03 de janeiro

Link: <http://www.defesanet.com.br/space/noticia/24420/Em-parceria-com-INPE--ITA-desenvolvera-nanossatelite-financiado-pela-NASA/>

ANGRA 3 - Eletronuclear assina memorando de entendimento com CNNC para retomada*

Uma comitiva da Eletronuclear, liderada pelo presidente Bruno Barretto, visitou a China na semana passada para se reunir com representantes de empresas do setor nuclear do país. Em Pequim, o dirigente brasileiro assinou um memorando de entendimento com o presidente da China National Nuclear Corporation (CNNC), estabelecendo as bases para uma possível participação da companhia chinesa na construção de Angra 3.

O memorando é um documento em que as partes se comprometem a estudar formas de trabalhar juntas para viabilizar determinado empreendimento, no caso, a terceira usina nuclear brasileira. No entanto, ele não estabelece obrigações. O acordo assinado entre a Eletronuclear e a CNNC determina, entre outras coisas, a criação de grupos de trabalho para analisar os diversos aspectos do reinício da construção da unidade.

A Eletronuclear também tem conversado com outras empresas sobre a retomada de Angra 3, como a EDF, da França, que tem visita à central nuclear de Angra programada para janeiro; a Korea Electric Power Corporation (Kepco), da Coreia do Sul, que vem ao Brasil em fevereiro; e a Rosatom, da Rússia.

Bruno Barretto afirma que a viagem serviu para estreitar o relacionamento da Eletronuclear com o setor nuclear chinês, o que tem caráter estratégico, na medida em que a China vem investindo pesadamente na geração nuclear. “Existe um claro interesse dos chineses em investir no Brasil, o que pode render parcerias proveitosas para ambos os países, não apenas em projetos conjuntos, mas também na troca de experiências e em treinamento, por exemplo”, analisa.

Visita a central nuclear

Durante a estadia na China, a comitiva da Eletronuclear – que incluiu ainda o assessor de Desenvolvimento de Novas Centrais Nucleares, Marcelo Gomes, e o assistente técnico da Presidência e superintendente de Gerenciamento de Empreendimentos, José Augusto do Amaral – conheceu a central nuclear de Fuqing, da CNNC, que conta com três usinas em funcionamento e outra sendo comissionada. O sítio ainda receberá mais duas unidades, que estão em construção.

Adicionalmente, os executivos foram à sede da China Nuclear Power Engineering Corporation (CNPEC), subsidiária da CNNC. Lá conferiram de perto o simulador do reator de água pressurizada HPR1000, o mesmo usado na central de Fuqing. No total, a CNNC tem 12 usinas nucleares em operação, que respondem por 9,7 gigawatts (GW) de potência instalada. Além disso, está construindo mais 11 unidades, que adicionarão 11,44 GW ao seu parque gerador.

Os executivos brasileiros também se reuniram em Pequim com dirigentes da State Power Investment Corporation (SPIC), corporação estatal de investimentos que, sozinha, tem usinas que respondem por 115,7 GW de potência, quase a capacidade instalada de todo o Brasil. A companhia já está presente no território brasileiro, sendo dona de dois parques eólicos no Nordeste.

A SPIC tem como subsidiária a State Nuclear Power Technology Company (SNPTC), empresa de construção e operação de usinas nucleares, que conta com quatro usinas em funcionamento (4,4 GW) no país asiático, além de mais seis sendo construídas (7,5 GW). A SNPTC também é um dos potenciais parceiros na construção de Angra 3.

Além disso, os gestores da Eletronuclear tiveram encontros com representantes de três bancos: o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), o China Development Bank (CDB) e o Export-Import Bank of China (Eximbank). “Estas instituições estão alinhadas com as empresas do setor nuclear chinês e expressaram interesse em apoiar a construção de Angra 3 e de futuras usinas nucleares no Brasil”, ressalta Marcelo Gomes.

Líder da expansão nuclear

Ele acrescenta que a China tem liderado a expansão do parque nuclear mundial. Segundo dados da Associação Nuclear Mundial (WNA, na sigla em inglês), o país opera, atualmente, 35 usinas nucleares e tem mais 20 unidades em construção. Outros 41 reatores já foram planejados. “Os chineses acumularam grande experiência no gerenciamento de projetos e vem construindo usinas nucleares sem atraso. Agora, estão começando a exportar tecnologia. Caso venham a trabalhar conosco, seriam bons parceiros”, comenta.

No entanto, Gomes faz questão de frisar que o reinício das obras de Angra 3 depende da aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O CNPE se reúne no início de 2017, em data a ser definida, para deliberar sobre o assunto.

Caso a retomada das obras seja autorizada, a Eletronuclear trabalharia para fechar, até meados de 2017, o contrato com o parceiro internacional que concluiria o empreendimento. A meta é retomar a construção da usina em meados de 2018.

Sobre a Eletronuclear

Subsidiária da Eletrobras, a Eletronuclear é a responsável por operar e construir as usinas termonucleares do país. Conta com duas unidades em operação na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), com potência total de 1990 MW. Hoje, a geração nuclear corresponde a 3% da eletricidade produzida no país e o equivalente a um terço do consumo do Estado do Rio de Janeiro.

Publicado Folha de São Paulo

28 Dezembro 2016

Governo busca capital externo para Angra 3

Estatual tenta atrair parceiros de China, França, Coreia do Sul e Rússia para financiar usina

NICOLA PAMPLONA DO RIO

A Eletronuclear assinou um memorando de entendimentos com a China National Nuclear Corporation (CNNC) para a realização de estudos em conjunto para a retomada das obras da usina de Angra 3. O projeto está parado desde 2015, por abandono das obras pelas empreiteiras contratadas da estatal e investigadas pela Operação Lava Jato. De acordo com a Eletronuclear, o memorando prevê a criação de grupos de trabalho para "analisar os diversos aspectos do reinício da construção da unidade".

A estatal informou ainda que tem mantido conversas também com outras empresas, como a francesa EDF, a sul-coreana Korea Electric Power Corporation e a russa Rosatom. A Eletronuclear já investiu R\$ 8,6 bilhões no projeto mas, diante das incertezas sobre sua conclusão, todo o valor já foi alvo de baixas contábeis. Em entrevista recente, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, disse não contar mais com a usina até 2021, prazo coberto pelo planejamento estratégico da companhia. Ele informou também que a paralisação da obra gera custos anuais de R\$ 1,4 bilhão.

CRONOLOGIA DE ANGRA 3

1975 - Durante a ditadura militar, Brasil e Alemanha assinaram um acordo de cooperação na produção de energia nuclear, base para a construção das usinas em Angra dos Reis, no Rio

1983 - No governo de João Figueiredo (1979-1985), a construtora Andrade Gutierrez venceu a licitação da obra da usina nuclear de Angra 3

1986 - As obras foram paralisadas por falta de recursos públicos, custo alto e dúvidas quanto à conveniência e riscos da matriz energética nuclear

2009 - No governo Lula, é revalidada a concorrência ganha pela Andrade Gutierrez e as obras são retomadas em 2010. A previsão inicial de entrega era 2016

jul.2015 - PF deflagrou a 16ª fase da operação Lava Jato, batizada de Radioatividade. O foco das investigações eram contratos firmados por empresas envolvidas na Lava Jato com a Eletronuclear, as obras da usina de Angra 3 e o pagamento de propina a funcionários da estatal

ago.2015 - Cinco empreiteiras investigadas pela operação Lava Jato - Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Techint- desistem de contrato com a Eletronuclear por atrasos em pagamentos, e a obra é paralisada novamente

ago.2016 - Justiça do Rio condenou o ex-presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro da Silva a 43 anos de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa durante as obras de Angra 3 .

Fonte: Defesanet

Data da publicação: 27 de dezembro

Link: <http://www.defesanet.com.br/brasilchina/noticia/24400/ANGRA-3---Eletronuclear-assina-memorando-de-entendimento-com-CNNC-para-retomada/>

Sisfron terá R\$ 450 milhões em 2017 para monitoramento de fronteiras, diz ministro Jungmann*

Brasília, 04/01/2017 – O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), programa desenvolvido pelo Exército Brasileiro, contará em 2017 com R\$ 450 milhões. Trata-se de um moderno equipamento que permitirá fiscalizar a faixa de fronteira do Brasil com os 10 países sul-americanos. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (04), pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, após reunião ministerial com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.

Na entrevista coletiva, o ministro Jungmann informou também que as Operações Ágata sob a liderança da Defesa e coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) acontecerão de forma mais frequentes e pontuais de modo a surpreender as quadrilhas que atuam na faixa de fronteira. O ministro lembrou que esta

operação, que ocorria num período do ano, mostrou-se pouco eficaz e por isso as diretrizes foram revistas.

“A Ágata será contínua. Não apenas num período só. Terá o elemento surpresa e vai se apoiar no sistema de inteligência”, explicou.

Jungmann informou também que o governo contará com 35 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em atuação nos quase 17 mil quilômetros de fronteira.

“Em diversos momentos empregaremos as tropas das Forças Armadas”, informou.

Plano de segurança

Como desdobramento de ações no âmbito da segurança pública, o presidente Temer reuniu-se no Palácio do Planalto com os principais ministros de seu governo para debater soluções para o setor. Após quase três horas de reunião, os ministros Raul Jungmann, Alexandre de Moraes (Cidadania e Justiça) e Sergio Etchegoyen (Gabinete da Segurança Institucional) anunciaram as decisões a serem implantadas, seja pelos governos federal, estaduais e municipais.

Jugmann contou também que outro instrumento que será de grande valia no controle da fronteira é o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC). O equipamento será colocado em órbita no dia 21 de março a partir de lançamento da base francesa em Kouru. O governo investiu R\$ 2,1 bilhões no SGDC e terá o controle estatal a partir de base em Brasília e no Rio de Janeiro.

O Programa Nacional de Segurança Pública também tem ações no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania. Para o ministro Alexandre de Moraes, o governo atuará em parceria com estados e municípios na tentativa de redução de homicídios e crimes contra mulheres em todo território nacional. Segundo informou, a partir de levantamento, três capitais terão um mutirão contra os criminosos: Porto Alegre, Natal

e Aracaju. Nestas capitais há maior incidência, por exemplo, da violência contra a mulher.

Além disso, o governo repassou aos estados na última semana R\$ 1,2 bilhão para ampliação e melhoria do sistema penitenciário. Serão repassados também R\$ 150 milhões para aquisição de sistema de bloqueio de celulares em 30% dos presídios e mais R\$ 200 milhões para construção de cinco novas penitenciárias, uma em cada região do país.

“Trata-se de um programa factível e que terá impacto na redução da criminalidade”, disse o ministro Jungmann.

O ministro da Defesa informou também que por solicitação da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Carmén Lúcia, as Forças Armadas atuarão em apoio ao Poder Judiciário na elaboração do censo penitenciário. O objetivo é realmente permitir que se elabore o raio X do sistema carcerário do país, bem como levantamento do perfil do presidiário.

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 04 de janeiro

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/27509-sisfron-tera-r-450-milhoes-em-2017-para-monitoramento-de-fronteiras-diz-ministro-jungmann>

* Não mencionado o autor no texto.